



## **DEZ ANOS DE COTAS RACIAIS: A REVISÃO DAS COTAS NO CONTEXTO DA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA**

**Elisamar Martins Luisa Peixoto**

PPGCOM, UFRJ

**Eje temático 02:** Estado de derecho y derechos humanos. Democracia, justicia, instituciones, procesos políticos, gobernabilidad y movimientos sociales

**V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. “Democracia, justicia e igualdad”**

FLACSO URUGUAY. [www.flacso.edu.uy](http://www.flacso.edu.uy). Teléf.: 598 2481 745. Email: [secretaria@flacso.edu.uy](mailto:secretaria@flacso.edu.uy)



### Resumo

No ano de 2022 celebram-se dez anos da Lei 12.711, que implementou cotas para acesso ao Ensino Superior no Brasil. Este momento marca também a sua revisão já prevista, que na prática pode fazer com que ela seja estendida ou descontinuada. Incluindo um critério racial para a reserva de vagas, esta lei, duramente conquistada por lutas dos movimentos negros (GOMES, 2017) que vêm desde a década de 1990, visa reparar uma dívida de mais de trezentos anos de escravização da população negra que, mesmo após sua abolição, hierarquizou a sociedade, mantendo uma atmosfera de opressão e discriminação como obstáculo para que negros diaspóricos e seus descendentes tivessem acesso a estudo, trabalho e construção de um vida digna para si e para os seus (HALL, 2013). A 12.711 nunca foi unanimidade: diversos setores lutaram contra sua aprovação, e ela foi alvo de discursos conflitantes (FOUCAULT, 1970; BAKHTIN, 1979). Contudo, o cenário atual, posterior ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff em 2016, de incessantes ataques à universidade pública, permeado pelo fortalecimento dos discursos de extrema-direita e que conta com Bolsonaro presidente, é bem diferente de dez anos atrás, e pode representar um risco ainda maior para esse direito. Considerando esse contexto, nos propomos a debater os diálogos entre os discursos acerca das cotas raciais que circulam na mídia e na opinião pública, suas relações e, principalmente, suas vinculações aos discursos de extrema-direita anti-cotas (MARTINS, 2021). Tendo em vista o caráter de intervenção da linguagem (ROCHA, 2006), propomos então a análise discursiva de uma matéria de um portal de notícias e sua seção de comentários, à luz, principalmente, da discussão racial, já que acreditamos que, conforme Medeiros (2007, p. 398): “o problema dessa cota que se está discutindo agora não é a cota, mas a cor da cota”.

**Palabras claves.** acciones afirmativas; análisis discursiva; cotas raciales



### Introdução

Em 2022 celebramos os dez anos da Lei 12.711, a conhecida lei de cotas raciais que implementou a reserva de 50% das vagas nas universidades federais e concursos públicos para candidatos pretos. Esta lei, que representou uma forma institucional de combate ao racismo, resulta das incessantes reivindicações dos coletivos pretos por medidas que colocassem a comunidade negra nos espaços da educação e do trabalho.

Infelizmente, desde a sua concepção, a ideia de uma lei de cotas no Brasil gerou muita resistência e oposição até mesmo por aqueles que diziam acreditar na existência do racismo e ser a favor do seu combate. Assim, ao longo de dez anos da sua existência, ainda ouvimos o ressoar de discursos contrários à lei de cotas. Não só isso: com o fortalecimento de partidos e a ideologia de extrema-direita no país e a previsão de revisão da lei depois de dez anos de vigência, percebemos como os ataques à comunidade negra e suas ínfimas conquistas estão sendo questionadas por intelectuais, políticos e veículos midiáticos.

Desse modo, neste trabalho, propomos a análise discursiva de uma matéria divulgada on-line pelo jornal Folha de São Paulo, para refletirmos como aos poucos se intensificam a circulação de discursos que descredibilizam as cotas e a sua contribuição social, e que impactam diretamente a opinião pública, distorcendo a realidade vivida por pretos e brancos em uma sociedade — ainda — estruturalmente racista.

### Os Movimentos Negros e a educação



Em *O Movimento Negro Educador* (2017) a professora, pedagoga e ex-ministra no governo de Dilma Rousseff, Nilma Lino Gomes, em uma análise histórica e crítica, nos convida a conhecer o outro lado de uma história muito mal contada nos livros e nas trocas sociais: a história dos negros diaspóricos, seus descendentes e o desenrolar de suas lutas e conquistas.

Mais do que mal contada, a história que impera nos livros e no senso comum de muitos brasileiros é a extensão de um sistema de exclusão e descaso vivido por negras e negros desde a época em que foram sequestrados de sua terra natal para habitar um novo local e com um novo status, o de não-humano. Essa coisificação do negro africano dava o aval necessário para as práticas de todo um sistema de exploração, humilhação e degradação, que só geraria compaixão se fosse praticada contra outro ser humano, um lugar negado aos negros escravizados da época.

Para muitos, o que deu um fim a esse sistema de exploração foi a assinatura da Lei Áurea de 1888 pela princesa Isabel e seu grande coração. Mas, o que a história reluta em contar e Nilma Gomes faz questão de nos apresentar é que os africanos escravizados não passavam um dia sequer sem resistir, se rebelar e buscar formas para enfim alcançar sua liberdade. Segundo Gomes:

As lutas, as rebeliões nas senzalas, as lutas quilombolas, os abortos, os envenenamentos foram respostas fortes das africanas e africanos escravizados ao regime da escravidão. E em todas elas o corpo negro regulado pela escravidão se mostrava rebelde e lutava pela sua emancipação. Também hoje a história já nos revela que negros libertos também participaram do movimento abolicionista e não somente a classe média branca mais revolucionária da época (GOMES, 2017, p. 108).

A autora não descarta a importância institucional e política que a Lei de 1888 representou para o Brasil. Contudo, salienta que o fim da escravidão, além de não ter sido um ato de bondade exclusivo dos brancos, trouxe um novo desafio para os ex-escravizados: o de sobreviver sem dinheiro, casa e educação, e vivenciando o racismo todos os dias. Desesperados e



passando por duras necessidades, muitos recorreram aos seus ex-senhores de engenho para conseguir qualquer tipo de trabalho, mesmo aqueles análogos à escravidão. Vemos, ainda, que para resolver o problema da presença dos negros no Brasil, os governantes e intelectuais da época aderiram a vertentes eugenistas, ou seja, aceitavam qualquer caminho contrário ao de inserir os negros como cidadãos legítimos (SCHWARCZ, 2011).

Diante desse cenário, os negros, agora em liberdade, começam a se organizar para reivindicar sua dignidade. Começamos assim a ver se delinear o Movimento Negro, algo que já ocorria na época da escravidão, mas que assume um contorno mais definido.

Entre as diversas denúncias e reivindicações requeridas por diferentes grupos do Movimento Negro, a educação era tema prioritário. Vários líderes e representantes negros concordavam que um dos maiores indicadores da exclusão social era a falta de acesso à educação. Munidos dessa insatisfação, alguns grupos se mobilizaram para reverter esse cenário, como o Teatro Experimental Negro liderado por Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos que, nos anos 1980, viajavam pelo Brasil para mobilizar outras organizações negras do país.

Para combater o racismo, o TEN propunha ações de caráter jurídico, como leis que garantissem “ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, admissão subvencionada de estudantes nas instituições de ensino secundários e universitário, de onde foram excluídos por causa de discriminação e da pobreza resultante de sua condição étnica” (NASCIMENTO, 1978, p. 193). Havia também reivindicações acerca do acesso ao ensino superior, uma vez que consideravam esse o melhor caminho para que o negro obtivesse prestígio social para, assim, desmistificar a visão negativa sobre o negro que existia na época (GUERREIRO RAMOS, 1996).



Em 1978, o MNU apresenta o Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, no qual, além de se posicionarem radicalmente contra o racismo, nomearam o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, como resposta ao Dia da Abolição da Escravatura comemorado em 13 de maio. Isso porque esses militantes negros perceberam que “a forma como o dia 13 de maio era comemorado acabava por ensinar à sociedade e às novas gerações uma visão de passividade do negro diante da “ação libertadora” do branco” (GOMES, 2017, p. 113). Já, o Dia da Consciência Negra marcou na agenda nacional a necessidade de se discutir sobre as causas étnico-raciais relativas aos negros e mostrar, nos livros didáticos e dentro de sala de aula, a resiliência da comunidade negra desde a escravidão até os dias atuais.

Porém, até as cotas raciais de fato, alguns anos se passaram e, mesmo que a ideia já estivesse tomando forma no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), foi durante a era PT que medidas para contrapor a desigualdade causada pela discriminação racial foram tomadas. Assim, através do governo Lula (2003-2011) e em sequência no governo Dilma (2011-2016) tivemos:

a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) pela Lei n. 10.639/2003 ao introduzir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas da educação básica;

o Decreto n. 4.887/2003 que regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; a Política Nacional de Saúde

Integral da População Negra, instituída pela Portaria n. 992 de 13 de maio de 2009;

o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010); a Lei de cotas sociais e raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (Lei n. 12.711/2012);

a Lei de cotas raciais nos concursos públicos federais (Lei n. 12.990/2014) e a Portaria n. 13/2016 do Ministério da Educação que induziu as cotas raciais na pós-graduação das IFES (GOMES, 2020, p. 361).



Como vimos, essas mudanças provocadas a favor da comunidade negra são mérito da sua própria intervenção. Ainda assim, a luta para ser um cidadão negro livre, com dignidade e acessos, não está perto do fim. O racismo ainda é uma constante na sociedade brasileira e os ataques a grupos marginalizados no Brasil não apenas não cessaram como se acirraram nos últimos tempos, com o crescimento da extrema-direita, que parece que revogaria até a Lei Áurea, se pudesse. Adaptados aos discursos neoliberais, esses ataques agora costumam vir na forma de uma supervalorização do individualismo e de uma pretensa meritocracia, com ênfase no empreendedorismo. Histórias de sucesso de pessoas negras passam a ser contadas não como casos específicos, ou frutos da luta coletiva, mas como forma de propagandear esses discursos ou de evidência de que o problema racial não existe mais — ou seja, como munição para a extinção de políticas de reparação.

## Políticas de uma educação exclusiva

A educação no Brasil, como já discutimos, nunca foi para todo mundo. Sueli Carneiro (2005) descreve esse processo, que começa com as Casas Jesuíticas, locais onde havia “sempre alguém ministrando aulas de primeiras letras e uma pequena biblioteca” (p. 102) e das quais a população negra já estava excluída — exclusão justificada por uma bula papal que decretava que negros não tinham alma. Conforme Peixoto (2020), foi assim que começou a se construir no país essa ideia específica de educação:

O que temos conhecido como educação desde então é, portanto, um dos mecanismos pelos quais se mantêm as estruturas sociais aqui existentes: ou seja, de um país colonizado e regido por sistemas que são essencialmente de exclusão. Quando pensamos nos negros que naquele momento eram sequestrados e violentamente arrastados até as terras brasileiras, nas africanas e africanos e seus filhos que estavam sendo escravizados, vislumbramos o livro e a leitura como elementos de um universo que não poderia lhes pertencer. Primeiro porque para o colonizador português, as pessoas que ali estavam não eram pessoas — não passavam de objetos de trabalho,



desprovidos de vontades e direitos; depois porque, se considerassem aqueles seres humanos como capazes e possivelmente interessados, só veriam nesse processo – de leitura, de estudo, de conhecimento – uma ameaça a seu lugar de dominação (2020, p. 52)

Essas ideias, longe de desaparecer com os processos sofridos pelo Brasil desde então, inclusive de grandes transformações como independência, abolição da escravatura e República, aparecem refletidas em discursos que circulam ainda hoje. Conforme Bakhtin (2011), entendemos que os discursos não surgem em um vácuo, com o nascimento de enunciados completamente novos todos os dias, mas estão sempre em diálogo, retomando e recriando enunciados anteriores e outros, que ainda estão por vir. Os sentidos que eles produzem são construídos ativamente pelos coenunciadores, a partir de seus repertórios. É assim que vemos essa noção estreita de educação de novo e de novo, se renovando conforme o capitalismo muda de roupa.

Os discursos que tratam da educação com esse caráter segregacionista não são exclusividade da direita. No Brasil, é fácil perceber uma tendência da branquitude trabalhar para a manutenção de seus privilégios, mesmo nos setores de esquerda, como podemos perceber em uma certa resistência a discussões a pautas raciais, facilmente relegadas a um lugar de “identitarismo” por algumas pessoas. Esse histórico fica evidente quando falamos de cotas raciais. Em 2006, quando as discussões acerca da implementação das cotas raciais e do Estatuto da Igualdade Racial (projetos de lei 73/1999 e 3.198/2000) estavam em curso, houve mesmo um Manifesto Contra as Cotas Raciais que, longe de partir de algum grande movimento de extrema-direita, foi assinado por diversos pesquisadores e artistas à esquerda do espectro político, alguns bem conhecidos, como Lilia Moritz Schwartz e Caetano Veloso<sup>1</sup>.

Resta, então, determinar que importância o atual contexto político brasileiro pode ter no debate de políticas públicas de promoção à igualdade racial, em um país que sempre relutou, tanto à esquerda quanto à direita,



em encarar a realidade de seu passado escravocrata e seu presente desigual, e a pensar em formas de reparar erros e promover melhorias na vida da população negra. Essa discussão se torna especialmente relevante ao alcançarmos os dez anos da lei responsável pela implementação de cotas raciais, prazo previsto para sua revisão, em que se pode, então, determinar ou interromper sua continuidade.

Para entender esse contexto, é importante lembrar que o Brasil elegeu, como presidente, em 2018, Jair Messias Bolsonaro. Essa eleição não acontece de forma isolada, mas em meio ao crescimento de movimentos de extrema-direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre) e da multiplicação de discursos de ódio contra minorias, sendo o próprio Bolsonaro protagonista-enunciador de diversos deles. Além disso, vem em meio a uma crescente do neoliberalismo, principalmente desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, que levou ao cargo Michel Temer. É da época do governo dele, inclusive, a sanção da lei 13.415/2017, que definiu a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio, mudanças que podem vir a aprofundar a desigualdade existente no sistema educacional brasileiro (SOUZA; GIORGIO; ALMEIDA, 2018).

Nesse sentido, pode-se dizer que o governo de Bolsonaro foi uma continuidade das tendências neoliberais, só que dessa vez abertamente fascistas. A questão da desigualdade na educação foi até mesmo uma tônica da campanha que levou à sua eleição, já que Bolsonaro chegou a dar declarações que mencionavam uma suposta “tara por ensino superior”<sup>2</sup>. Segundo o então presidenciável:

Há uma certa tara por parte da garotada em ter um diploma. É importante? Sim. Eu fiz, como tenente do Exército, curso de máquina de lavar roupa e de geladeira, aqui em Madureira. Te garanto, Heraldo [Pereira, apresentador]: se hoje em dia quiser viver disso, eu vou ganhar no mínimo uns 12 mil por mês", disse o candidato durante entrevista ao Jornal das Dez, da GloboNews, na noite desta terça-feira (28). "Então essa tara por diploma superior não pode existir. É bom? Sim, vamos ter nossos mestres, nossos doutores, sim. Mas se você no Ensino Médio colocar algo técnico, você melhora nossa economia. (NUCCI, 2018, s/p, grifo nosso)

**V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. “Democracia, justicia e igualdad”**

FLACSO URUGUAY. [www.flacso.edu.uy](http://www.flacso.edu.uy). Teléf.: 598 2481 745. Email: [secretaria@flacso.edu.uy](mailto:secretaria@flacso.edu.uy)



O que percebemos é, a princípio, uma desvalorização do Ensino Superior. Afinal, para quê alguém buscaria essa formação se pode “ganhar no mínimo uns doze mil por mês” consertando máquinas de lavar roupa? É importante notar, no entanto, que ele não descarta por completo a existência de mestres e doutores. Nos perguntamos, então, para quem seria destinada essa formação técnica e quem receberia a oportunidade de um mestrado ou doutorado. Não é difícil ver que, além de mentira, já que esses dados de empregabilidade e renda dos técnicos de máquina de lavar e geladeira foram claramente inventados por ele, essa fala de Bolsonaro delimita fronteiras que são historicamente bem definidas no Brasil. Escolarização e formação acadêmica para uns e, para o restante, apenas a formação necessária para se oferecer qualquer que seja a mão-de-obra que o mercado esteja procurando.

Além dessas questões diretas com relação à educação, não podemos esquecer que em outros enunciados já bem conhecidos, Bolsonaro atacou diretamente negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIA+. Durante a pandemia de COVID 19, debochou dos doentes e mortos, teve discursos contra o uso de máscaras e a vacinação e adotou uma política genocida, mostrando na prática como funciona a necropolítica (PEIXOTO; MARTINS, 2021; MBEMBE, 2018). Conforme Peixoto e Martins:

Esses discursos, que em um primeiro momento eram legitimados apenas pelos setores mais extremistas da sociedade brasileira, passaram a ser vistos como solução para o Brasil, inclusive pelos grupos diretamente atacados. Em nome de uma “cruzada contra a corrupção”, qualquer valor humano foi deixado em segundo plano. (p.3)

Logo, o que percebemos nesse período é um acirramento geral de problemas sociais já bem conhecidos no Brasil, e uma maior vulnerabilidade de grupos tradicionalmente oprimidos. É um contexto que dá projeção a pessoas como Fernando Holiday, por exemplo, que já realizou inúmeros ataques ao sistema de cotas raciais como produtor de conteúdo para internet e como vereador, o tipo de ataque de direitos das minorias que, segundo Martins (2021) caracteriza o momento que vivemos:



Esse retrocesso é consequência do fortalecimento de ideologias fascistas e neoliberais, que pautam a economia e governos que, por consequência resultam em reformas trabalhistas, privatização de instituições estatais como escolas e hospitais públicos e, de forma ainda mais direta contra a população negra, atacam ações que estão diretamente ligadas ao reconhecimento e combate do racismo. Neste império do retrocesso, vemos de forma estratégica quem passa a assumir os cargos políticos responsáveis por gerir os setores nacionais, vemos também quem são os porta-vozes de ideias que o governo quer cultivar na população. No governo de Bolsonaro, faz sentido que alguns negros eleitos ou colocados em cargo de destaque sejam aqueles que defendam o sistema e a hierarquia de poder do opressor, assim temos Fernando Holiday como vereador, Sérgio Camargo como presidente da Fundação Palmares, Roberto Alvim como Secretário Especial da Cultura e outras escalações duvidosas. (p. 108)

Não é de se admirar, portanto, que pessoas em diferentes posições do espectro político se sintam à vontade para externalizar preconceitos que as acompanhavam há muito tempo — disfarçados ou não — e a vontade de manter sua exclusividade no acesso a direitos tão básicos quanto a educação. Entendemos, então, que é um momento particularmente vulnerável para esses direitos, em especial para as cotas raciais, contexto com o qual vários enunciados em diversos meios de comunicação vão dialogar.

### ¿Racismo de negros contra brancos?

Para entender como discursos nos meios de comunicação hegemônicos podem vir a atacar direitos de minorias por meio de um diálogo com discursos que vêm circulando com frequência no atual momento político, recorremos ao artigo de opinião Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo, publicado no portal online da Folha de São Paulo e assinado por Antonio Risério, antropólogo e ensaísta formado pela Universidade Federal da Bahia. O autor, que em 1995 apoiou as campanhas dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, atualmente escreve textos com duras críticas à esquerda, mais especificamente, aos movimentos negros de esquerda e seus ideais, sem deixar, no entanto, de



declarar ele próprio um posicionamento político de esquerda, fazendo uma diferenciação entre “esquerda-racifascista” e “verdadeira esquerda democrática”, conforme declarou em sua conta na rede social Instagram.

No que diz respeito ao local de veiculação do texto, não nos surpreende que ele resida no portal jornalístico da Folha de São Paulo que, apesar de defender uma imparcialidade jornalística, com a publicação de pontos de vista muitas vezes conflitantes, tem um histórico que mostra uma frequência maior para uma mesma direção — contrária a várias reivindicações que são conhecidas hoje como “pautas de esquerda”. Para Zilda Martins (2015), por exemplo, o jornal definitivamente se coloca contrário às políticas públicas de ações afirmativas. Essa afirmação resulta de um denso estudo da autora que mapeou como a Folha, se posicionou massivamente nas discussões sobre as ações afirmativas, algo que não era frequente no editorial do jornal. Pautas sobre o recorte negro do país surgiam, mais esporadicamente, em datas como o Dia da Consciência Negra.

Por meio de análises do material recolhido no Banco de Dados da Folha, realizadas por Zilda, e com o recorte temporal de 2003 a 2013, focando nos meses de maio e novembro — mais representativos sobre a discussão étnico-racial negra na agenda nacional —, a autora comprehende que:

A década, marcada de pleno debate em torno da adoção de políticas públicas para estudantes negros, quer seja na mídia como um todo, na universidade, no parlamento ou na sociedade, não teve peso significativo na Folha, nem em termos de quantidade nem de conteúdo. Somadas as publicações dos dois meses, em 10 anos, foram apenas 75 matérias sobre Ações afirmativas ou cotas raciais. Comparativamente, o índice de matérias sobre ações afirmativas ou cotas, no mês da Consciência Negra, foi de 0,70% a menos do que no mês de comemorações da Lei Áurea (MARTINS, 2015, p. 197).

A partir desses resultados, Zilda questiona o porquê do baixo número de matérias sobre o tema das ações afirmativas no jornal Folha de São Paulo, mesmo nos meses em que esse tema ganha maior destaque em outros jornais e meios de comunicação por serem, respectivamente. Para a autora,



isso significa a adoção de um posicionamento político, fator que rompe com a dita imparcialidade editorial (MARTINS, 2015, p. 198).

Acreditamos, portanto, que o posicionamento demonstrado no texto que analisaremos coincide com o posicionamento geral da Folha, apesar de o jornal se apoiar numa suposta pluralidade de vozes para justificar a publicação. Por sua vez, no que se refere ao texto em si, passaremos a partir desse ponto a nos apoiar no já mencionado conceito de dialogismo de Bakhtin (2011) para entender quais são alguns dos diálogos realizados pelo texto de Risério, a partir de um paralelo com os discursos do ex-vereador e “militante anticotas” Fernando Holiday.

Há diversos pontos dignos de nota no texto de Risério. Por exemplo, chama atenção o fato de que ele escreve do Brasil, em um jornal brasileiro um texto que parece que vai discutir o contexto do país. No entanto, o que se vê são diversos exemplos de acontecimentos nos EUA, sem que seja feita uma devida contextualização com a realidade de lá, nem um paralelo apropriado com a realidade daqui. Outro fator que se destaca é ele iniciar o texto com a assertiva: “Todo o mundo sabe que existe racismo branco antipreto. Quanto ao racismo preto antibranco, quase ninguém quer saber.”<sup>3</sup>, anunciando que vai demonstrar a existência de um racismo por parte dos negros direcionado a brancos. Contudo, dá destaque a exemplos de ataques a asiáticos e judeus, grupos étnicos com seus próprios históricos de opressão, sem que se aprofunde as problemáticas específicas das relações entre esses grupos.

Entre tantas questões, acreditamos que uma das que mais se destaca é a construção da figura do negro raivoso, estereótipo racista já bastante conhecido. Ela já começa na ilustração de abertura do texto de Risério, que mostra um homem, com uma metade negra e uma branca, de boca aberta com uma expressão de raiva. Essa construção, aparece, por exemplo, nas miniaturas dos vídeos de Fernando Holiday no Youtube, conforme descreve Martins:

**V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. “Democracia, justicia e igualdad”**

FLACSO URUGUAY. [www.flacso.edu.uy](http://www.flacso.edu.uy). Teléf.: 598 2481 745. Email: [secretaria@flacso.edu.uy](mailto:secretaria@flacso.edu.uy)



Além disso, há uma manipulação visual através do uso de programas de edição que a faz parecer como monstros de filmes de terror, olhos completamente brancos, rosto esfumaçado com alto contraste com o fundo preto. O efeito é o de figurativizar Lumena como um monstro, relacionando essa imagem para algo vilanesco e cartunesco, com suas práticas discursivas e não discursivas na casa do BBB21. Nesse momento, interpretamos como as produções audiovisuais de Holiday apelam para uma construção do inimigo. (2021, p. 89)

No caso do texto publicado na Folha de São Paulo, ao se ilustrar uma metade branca e uma negra, há uma equiparação da posição social do negro e do branco, como se os dois grupos tivessem o mesmo poder para oprimir os demais, ideia que é reiterada logo no começo:

O dogma reza que, como pretos são oprimidos, não dispõem de poder econômico ou político para institucionalizar sua hostilidade antibranca. É uma tolice. Ninguém precisa ter poder para ser racista, e pretos já contam, sim, com instrumentos de poder para institucionalizar o seu racismo.

Destacamos a palavra “hostilidade”, que junto com outras no decorrer do texto (como “ataques”, “conduta racial criminosa”, “gritavam” e “enfrentamentos”), reforçam a construção do negro violento. Resumir o conceito de racismo à “hostilidade”, por sua vez, é uma estratégia bastante utilizada pelos discursos de extrema-direita, que invisibiliza como o racismo estrutural no Brasil (ALMEIDA, 2018) atinge a vida da população negra não somente em ataques ou xingamentos, mas no acesso a direitos básicos como emprego e moradia, somando-se a um genocídio promovido pelo próprio Estado por meio da violência policial. Essa falsa simetria possibilita que se coloque a existência das cotas como uma “discriminação” ou “racismo” contra brancos, o que também é notado por Martins em enunciados de Fernando Holiday:

Além disso, Holiday coloca que por causa do sofrimento vivido pela população negra escrava, os negros de hoje exigem o pagamento de uma dívida histórica pendente, mas não qualquer pagamento, segundo Holiday, o movimento negro exige que seja viável toda forma de violência contra pessoas brancas, sendo uma delas exigir “cotas raciais das universidades, concursos públicos” (Exceto 1). Percebemos como que, por este enunciado, fica implícito que as cotas raciais denotam o mesmo significado que reais



expressões que são designadas para representar agressões como os termos: “uso de violência contra brancos” (Excerto 1), “uso de violência verbal” (Excerto 1), “uso de violência física” (Excerto 1). (2021, p. 91)

Esse padrão, que reduz o conceito de racismo a ataques pontuais e equipara a situação branca com a situação negra se repete no decorrer de todo o texto, e é usado para apontar um suposto espaço de poder ocupado pela população negra atualmente. Os exemplos apresentados, porém, não têm relação direta com racialidade. São citados, por exemplo, pastores evangélicos, sem que haja nenhuma evidência de um movimento supremacista de pastores evangélicos negros, nem nenhuma ligação do fundamentalismo cristão brasileiro com uma questão de negritude. O autor não apresenta, além disso, nenhuma indicação, de que isso se reflete positivamente em condições de vida, empregabilidade, situação de encarceramento etc, problemas já conhecidos quando se fala de racismo no Brasil.

## Considerações finais

Não temos nenhuma pretensão de esgotar aqui as discussões possíveis, nem com relação aos discursos em torno da continuidade da lei de cotas, nem do debate acerca desse texto em particular. O que gostaríamos de destacar é como discursos que circulam nos meios de comunicação atualmente podem vir a conversar diretamente com ataques ao movimento negro e às cotas raciais, sem que isso precise ser explicitado.

A construção de uma imagem de um movimento negro violento e de um negro que ocupa posições iguais ao do branco na sociedade brasileira



podem ser utilizadas para minar a discussão sobre cotas, especialmente em um momento em que a continuidade da lei entra em questão. Acreditamos também que, independentemente do posicionamento político declarado dos enunciadores desses discursos, é inegável os diálogos travados com discursos supremacistas brancos da extrema-direita.

É de suma importância que estejamos atentos a esse tipo de ataque, de modo que possamos exigir a realização de um debate honesto sobre esses temas.

## Referencias bibliográficas

- Almeida, S. L. de (2018). O que é racismo estrutural? Letramento. Bakhtin, M (2011). Estética da criação verbal. Martins Fontes.
- Carneiro, S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – USP].
- Gomes, N. L. (2017). O Movimento Negro Educador: Saberes construídos na luta por emancipação. Vozes.
- Gomes, N. L. (2020). A força educativa e emancipatória do movimento negro em tempos de fragilidade democrática. Revista Teias, 21(62). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/49715/35073>.
- Ramos, A. G. (1996). A redução sociológica. Ed. UFRJ.



Hall, S. (2013). Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Ed. da UFMG.

Martins, E. (2021). O opressor e seus cúmplices: uma análise de discursos racistas de influenciadores digitais negros [Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ].

Martins, Z. (2015). Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ].

Nascimento, A., (1978). Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra.

Nucci, J. P. (2018). Bolsonaro diz que jovem brasileiro tem ‘tara’ por formação superior. Notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/08/28/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao- superior.htm>. Acesso 25 nov. 2022.

Peixoto, L. (2020). Explorando as páginas da ‘Arte Negra’: o livro como ferramenta de colonização e descolonização [Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ].



Peixoto, L., & Martins, E. (2021). Morrer de COVID-19 ou morrer de fome: discursos de Bolsonaro, políticas emergenciais e extermínio negro. Latin American Studies Association – LASA (Congress).

Rocha, D. (2006). Representação e intervenção: produção de subjetividade na linguagem. Gragoatá, 21, 355-372. Disponível em: [http://www.pgletras.uerj.br/gtlet/arquivos/Decio\\_represent\\_intervencao\\_Gragoata2007.pdf](http://www.pgletras.uerj.br/gtlet/arquivos/Decio_represent_intervencao_Gragoata2007.pdf).

Rocha, D (2014). Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. Linguagem em (Dis)curso – LemD, 14(3), 619-632. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ld/v14n3/1518-7632-ld-14-03-00619.pdf>.

Schwarcz, L. M., & Botelho, A. (2011), Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. Lua Nova, 82: 11-16. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a02n82.pdf>.

Souza, A. M. R. D.; Giorgi, M. C.; Almeida, F. S. D (2018). Uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016: educação para o combate às discriminações?. Cad. Letras UFF, 29(57), 97-116.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>.



---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/08/28/bolsonaro-diz-que-jovem-brasileiro-tem-tara-por-formacao-superior.htm>. Acesso 11 nov. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>. Acesso 15 nov. 2022.